

ROMA E AS CAPITAIS: O MITO E O PLANO

Andrea Buchidid Loewen, Ricardo Marques de Azevedo

Arquiteta | doutoranda pela FAU-USP

Docente das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e da Universidade São Francisco | andrealoewen@uol.com.br

Arquiteto | doutor pela FFLCH USP e livre-docente pela FAU-USP.

Docente nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e da Universidade de São Paulo | rimarques@usp.br



Benedição de Sixto V na Praça de São Pedro – 1585.

ROMA E AS CAPITAIS: O MITO E O PLANO

Em geral se crê ser Renascimento noção velha de meio milênio. Não é; mal conta século e meio. Burckhardt cunha o termo por volta de 1860 e dá por pátria ao movimento artístico que lhe corresponde a Península Itálica. Atualmente, estudos mais escrupulosos já não abonam a idéia, interessante, porém interessada, de Idade Média, hiato obscuro sito entre a semente lançada em terras helênicas e que medra até o ocaso do Império Romano e os aurorais ares que se seguem à nova semente de Giotto e Petrarca. Segundo o recorrente modelo dual, visando ressaltar o lume de algo, se abisma seu oposto em trevas: e os admiradores da cultura latina, na Toscana dos séculos XIV e XV, luzindo sua filiação às glórias dos antigos, comprazem-se em obnubilar o milenar interstício havido entre aqueles tempos luminares e os correntes. Ora, mesmo nos momentos mais adversos do medievo a venerável Antigüidade nunca esvaecera por completo, aqui e ali seus frutos ainda vivificam: Bizâncio (Constantinopla), até que os turcos a empolgam, é, todavia, Roma; os eruditos do Islã bem conhecem, discutem e difundem Aristóteles e seus coetâneos; nos monastérios, dioceses e, mais tarde, também nas universidades, preserva-se e se cultiva o legado antigo. Não tarda, e também a Igreja Católica constata o proveito que advém de ser e se dizer ela mesma romana.

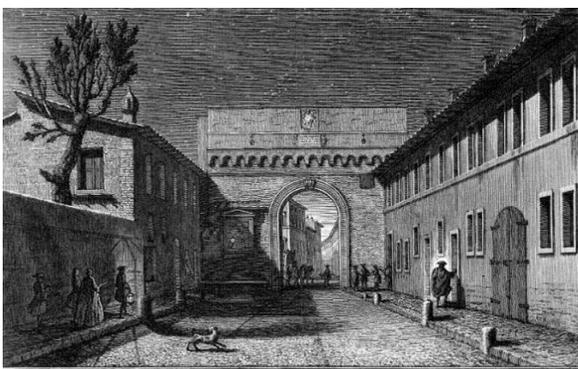
Malgrado a influência clerical se faça sentir por toda parte, é, em princípio, laica a disposição de professar os valores que os escritos latinos propagam: Cícero, Quintiliano, Plínio e outros autores são avidamente copiados, lidos e emulados. Enquanto isso, a alta

hierarquia da Igreja se ocupa em ferozes disputas intestinas e se consome em cismas e excomunhões cruzadas, afetada por propósitos conflitantes e instada pelo rei francês, abandona a velha Roma entre os séculos XIII e XIV.

O chamado *Cativeiro da Babilônia* despejara os papas e sua cúria para longo exílio em França. Tal desterro se faz acompanhar também do êxodo de altos funcionários, prelados, peritos em leis, banqueiros, mercadores, soldados, até mesmo de prostitutas que, como ratos, evadem-se da cidade empobrecida e esvaziada. Derrui então toda uma estrutura econômica, pois os recursos recolhidos no Ocidente cristão são agora drenados para Avignon, e a Roma só restam pastos e sementeiras. Na bimilenar *urbe*, por toda parte, vêem-se amplos espaços baldios e desabitados.

Já há muito haviam finado os gloriosos dias de esplendor imperial e, da outrora férvida e soberba metrópole, cidade-mãe de mais de dois milhões, adornada com templos e pórticos decorosamente ataviados de sólidas colunatas e com amplas naves das basílicas e dos palácios, restara a cidade desalinhada e esparsamente povoada por menos de 50 mil almas (Sanfilippo, 1993, p.38).¹ Veneráveis monumentos da Antigüidade são então meros escombros e a maior parte da área inscrita no perímetro da muralha do século III se destina à pastagem, ao cultivo, ou é tomada por vegetação agreste. As ruínas dos edifícios se pilham tanto para a construção de monumentos importantes como para suprimento de materiais em obras vulgares. Grande parte da área do fórum se legara ao descaso, e mesmo a basílica Emília fora ocupada por tabernas, freqüentadas pela soldadesca do acampamento militar vizinho ao *quartiere*

As sete basílicas de Roma e Via della Lungara, em direção à porta Setimiana.



grego do Fórum Boarium. Muitos edifícios se aproveitaram para novos fins: do Pantheon e de outros templos, da cúria ou da basílica de Giunio Basso se consagram igrejas; mausolés e arcos triunfais se conservam como roques; pórticos albergam oficinas; enquanto antigas estruturas de utilidade pública, como as muralhas aurelianas, algumas pontes e aquedutos, preservam a destinação original (Günther, 1994, p.259). As ruas, pobres ruelas, separam igrejas de peregrinação e santuários, e ao redor desses concentram-se pequenas comunidades, configurando um conjunto de vilarejos dispersos.

A população migrara das zonas das colinas e se estabeleceu à esquerda do Tibre, na alça entre o Capitólio e o Mausoléu de Adriano, e ao longo do percurso subterrâneo do antigo aqueduto das Águas Virgens ainda resistente. Na área anterior à Basílica de São Pedro, conhecida como Borgo, e em Trastevere poucas dezenas de pessoas se agrupam. Assim,

a povoação rarefeita convive com os vastos ermos, cultivados ou não, que se espargem no interior da vetusta muralha. Essa área intramuros é dividida oficialmente em treze *rioni*: doze na margem esquerda, e Trastevere na direita do Tibre: Roma é então repartida em esferas de influência de poderosas e antigas famílias baroniais com seus domínios consolidados por torres, fortalezas e campos com trincheiras; mas, lindeiros a esses, havia propriedades da pequena aristocracia e da burguesia emergente.

A decadência de Roma no século XIV não soa então mero *topos* literário, mas realidade que destoa da pretendida retomada do *antico*, da idéia de Roma *cidade régia e imperial*, senhora do mundo. O exílio da cúria, desviando o influxo contínuo de recursos da periferia para o centro do Ocidente cristão, e as devastadoras conseqüências da grande peste de 1348 desvelam aos olhos dos peninsulares o contraste entre a condição miserável de seu período e a prodigiosa estatura da antiga Roma. A admiração pela Antigüidade reverbera retórica em Dante, Petrarca e Boccaccio, que celebram os distantes antepassados por seu poder e domínio sobre o mundo, sua civilidade, sua capacidade e seus modelos de virtude. Quando Petrarca conclama *quem duvida que Roma poderia levantar-se novamente, bastando para isso conhecer-se a si mesma?*, ou quando proclama que o futuro será capaz de *regressar ao brilhante esplendor do passado*, por certo concebe o novo florescimento como um rebrotar da Antigüidade, para ele, romana (Panofsky, 1960, p.39).

Mesmo após o retorno dos papas em 1377, o papel de Roma como seu assento permanente não está assegurado. O período do cisma encontra rivais requerentes à Santa Sé propondo Pisa e Florença como sedes papais. Entretanto, após relativa pacificação entre grupos e partidos e a reunificação do papado, havida em inícios do *Quattrocento*, cogita-se a volta do aparato da cúria à vetusta e alquebrada Roma. Tarefa árdua e delicada, empreendida por Martinho V, mercê de batalhas, alianças e concessões. Restabelecida na cidade, em 1421, a residência papal, cumpre que as circunstâncias que propiciaram o degredo de Avignon jamais se repitam e, para tal, a eminência papal não pode tornar a se deixar subordinar à autoridade imperial. Embora o papado não rivalize em posses e poder militar com outros reis e imperadores, a Igreja insiste em assinalar que seu poder espiritual não se subsume a qualquer outro e, também, que, como se estipula pela propalada *dotação constantiniana*, os pontífices sucedem os imperadores e, nessa condição, compete-lhes coroar e, assim, legitimar reis. É oportuno, outrossim, ressaltar que o poder papal antecede a todos os outros e, assim, estes, de algum modo, daquele decorrem. Nesse sentido, as veneráveis ruínas da grandeza imperial contam como testemunho eloqüente da precedência de Roma sobre as demais sés reais ou imperiais. É também muito útil à Igreja, naquela conjuntura, propagar sua ancestralidade e alardear-se herdeira e sucessora da Antigüidade.

A atração pelo antigo e o desiderato de recuperá-lo, entretanto, já vinha sendo professado há algum tempo em terras toscanas e em outros centros. Desde que Dante, escrevendo em língua vulgar, convoca Virgílio para guiá-lo nas esferas dos infernos e purgatórios, assinala-se a crescente admiração pela poética e pela retórica dos latinos. E Petrarca

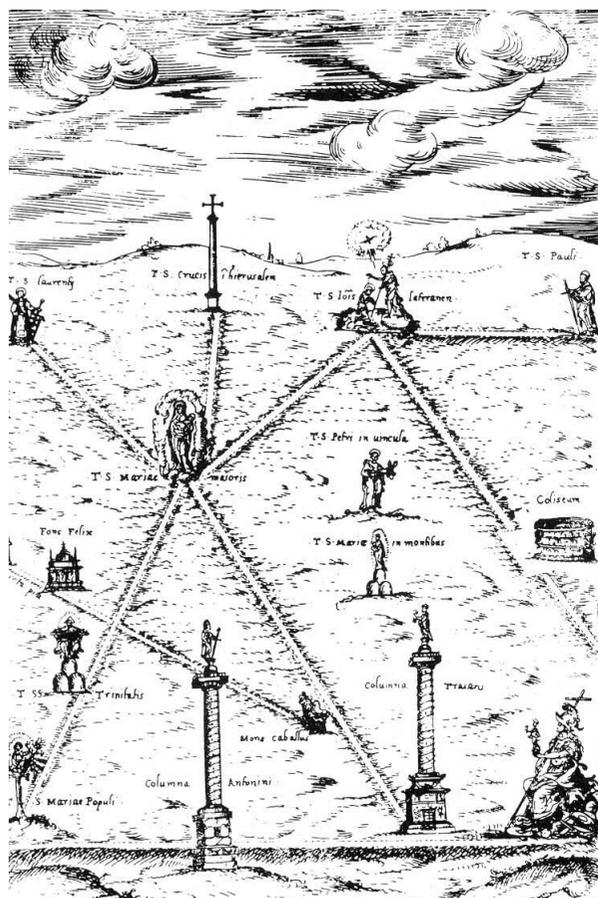
é exemplo seguido por muitos na estima pelas formas e idéias que o legado itálico guarda. Assim, torna-se hábito para pensadores e artistas aportar a Roma e imaginar seu resplendor restaurado. Logo, oradores e latinistas colaboram com os papas na cogitação e na ação da reconstrução da *urbe*. Desse modo, a adesão da Igreja às idéias renascentes e sua aliança com retores e artistas não resultam de considerações teológicas ou inclinações pessoais, ela é cálculo político e estratégico longamente ponderado. Importa então para os interesses das potestades clericais recuperar e externar o fulgor da magnificência romana, reflexo e imago da grandeza da Igreja ali sediada.

A Roma que se mostra no início do século XV não faz jus à designação de *caput mundi* e, todavia, ostenta inteiras suas marcas medievais. Edifícios dispersos amontoados ao redor das distantes basílicas de Santa Maria Maior e São João Latrão constituem assentamentos isolados, conectados ao restante da cidade apenas por reminiscências de antigas vias romanas e por trilhas imundas e sinuosas. O Fórum se conhece como *Campo Vaccino*, em referência às vacas que ali ruminam, e o Capitólio é apodado *Monte Caprino*, por causa das cabras lá forrageadas. Segundo o relato de Platina, biógrafo dos pontífices, Martinho V “reencontrou a cidade assim arruinada que não possuía mais aspecto de cidade, mas de deserto” (Guidoni, 1990, p.110).

O papa então, além de estabilizar a situação política da cidade,² procura restabelecer a boa administração e o decoro urbano, introduz medidas de higiene e de vigilância, e recupera casas privadas, edifícios civis, eclesiásticos, pontes e algumas estradas. Mas sua principal ação é, em 1425, a integração da jurisdição dos *magistri viarum*, instrumento privilegiado para a intervenção urbana, aos quais se facultam amplos poderes de operar demolições e modificações edilícias para que as vias sejam traçadas em reta linha, enquanto as ruas sinuosas, que na Roma do *Quattrocento* são a quase totalidade dos casos, são retificadas. Além disso, a administração papal, para tornar mais eficaz e evidente sua presença na cidade, tende também a, isolando-os, destacar os monumentos – o Coliseu, o Panteão, o Castelo e a Ponte Sant’Angelo, além de igrejas e palácios.

A direção de restauro indicada por Martinho V é seguida por seus sucessores. Eugênio IV demonstra ainda mais simpatia pelo antigo, e suas longas estadas em Florença renovam contatos com essa capital artística e intelectual. Quando regressa a Roma, em 1443, se fez acompanhar por um grupo de letrados que, insuflados pelos encantos da Cidade Eterna, estabelecem noções que transcendem a perspectiva florentina e contribuem decisivamente na transformação da Roma da Renascença: entre eles Flávio Biondo e Leon Battista Alberti.

Biondo inicia a tradição dos estudos de reconstrução histórico-topográfica da cidade antiga, fundamentais para a recuperação mais precisa das heranças urbanística, arquitetônica e artística do paganismo, e para a política de conservação, ainda que parcial, dos testemunhos supérstites. Nas visões dos eruditos romanos, a cidade não se percebia como comunidade humana ou sociedade política, mas se divisava como a capital,



Esquema do plano de Sixto V – 1588.

se inicia a construção plurissecular da *Roma dei papi*: as transformações inovadoras delem paulatinamente os sinais da cidade medieval e as intervenções vinculam-se aos pontífices, que se alardeiam protagonistas da história urbana.

A tentativa de justaposição da Roma moderna à antiga assinala o pontificado de Nicolau, que estende a atenção às várias partes da cidade, e cujas iniciativas implicam não tanto a alteração de sua forma física, mas, sobretudo, a atualização de seu uso e imagem. Assim, os intervenos edilícios e viários podem se enquadrar na retomada do desígnio preciso de tornar simbolicamente visível e tangível o primado universal do papa e a supremacia da Igreja romana. Para tal, consolida-se a muralha aureliana e suas portas, restauram-se pontes e aquedutos, amplia-se a antiga Basílica de São Pedro, alargam-se e restauram-se as muralhas vaticanas, recuperam-se muitos edifícios do burgo e a própria implantação viária e reforça-se o Mausoléu de Adriano com torres e muros para ajustá-los às

armas de fogo. No seu programa urbanístico, o interesse predominante recai sobre o Vaticano e o Castelo Sant'Angelo que em conjunto com a ponte sobre o Tibre são elementos-chave da conexão com a cidade laica. As obras mais significativas são voltadas a regularizar e ampliar a Praça da Ponte, convergência de três vias principais – *Peregrinorum*, *Papalis* e *Recta* –, configurando-se assim uma estrutura unitária e moderna.

Um projeto de particular interesse, embora não realizado, prevê a construção de outra estrutura viária tripartida entre o castelo e a basílica, aberta em direção à Praça de São Pedro e que acolheria ainda, axial à fachada, o obelisco vaticano. De acordo com o panegírico de Manetti, espécie de testamento ditado por Nicolau em seu leito de morte e que descreve minuciosamente seu programa de *renovatio*, nota-se que as três vias respondem a um desenho único, constituindo um verdadeiro tridente de estreita amplitude angular, mas de amplo valor projetual. A descrição detalhada contempla a configuração planimétrica das novas vias, retilíneas e orientadas a um foco preciso, também visa à arquitetura e ao ofício dos edifícios que as ladeiam: um porticado contínuo confere ordem e uniformidade à composição arquitetônica e multiplica o efeito de aceleração perspéctica em direção ao fundo. Ali, o obelisco, fixo no eixo que colineia a porta da basílica ao castelo, é símbolo da reconexão com a herança do antigo, pois já se entende então que não cabe ao novo se conformar às reminiscências antigas. Essas, agora recuperadas e destinadas a outros usos, é que virão

a se adequar às novas e diversas exigências. A arraigada relação entre a cidade moderna e os testemunhos do passado, malgrado a escassez de intervenções mais abrangentes durante os pontificados de Pio II e Paulo II (de 1453 a 1471), luz em alguns pontos nodais, como o Castelo e a Ponte Sant'Angelo, nos quais as exigências estratégicas e as demandas de tráfego aconselham o banimento das botegas e a liberação da área. Desse modo se confere dignidade e decoro ao até então único acesso ao burgo Vaticano.

No último quartel do século XV, Sixto IV retoma o programa inovador de Nicolau V e empreende medidas de caráter útil e pragmático. Em vez de priorizar a ereção de poucos e custosos monumentos, busca consolidar um eficiente sistema urbano de ruas, pontes, hospitais, igrejas e capelas. Em vista do ano jubilar de 1475, sanciona-se o privilégio aos prelados e acólitos da cúria de poder livremente legar seus bens aos herdeiros, legítimos ou bastardos, desde que esses construam uma residência de generosas dimensões na cidade.⁴ Os resultados são patentes: cada um desses edifícios é guarnecido por uma praça própria e se insere, sempre que possível, de maneira regular no sistema viário existente; os novos palácios são, *ad decorem civitatis*, centros de irradiação e de renovação urbana.

O pontificado de Sixto IV marca um período de intensa e intencionada transformação física da cidade: um tempo em que a Roma moderna sobreleva-se à antiga. Em 1480, o papa faculta a demolição de casas abandonadas ou arruinadas, decreta a erradicação do que seja agregado, que impeça o tráfego ou obstaculize as vias (passadiços, porticados, *logge*, apoios, escadarias etc.), e obriga a pavimentação das ruas e a construção de edifícios, respeitado o rigor do alinhamento das vias. Suas ações visam enformar logradouros disformes, isto é, conferir forma geométrica perceptível a praças e vias, até então em sua maioria ladeadas por muros sinuosos. Contrapondo-se aos serpeantes e ondulosos percursos medievais, constroem-se vias retilíneas fugadas em monumentos, concebidos como unidades íntegras e capazes de dominar a cena urbana por sua regularidade e, sobretudo, por suas dimensões que abalam o equilíbrio medieval. Não se trata de uma episódica e casual sucessão de intervenções urbanas, mas de operações acuradamente cogitadas tendo em vista a estrutura preexistente e as novas iniciativas: a rua é concebida, desenhada e controlada em toda a sua extensão. Exemplifica esse desiderato a grande Via Alessandrina (atual Borgo Nuovo), construída em 1499 por Alessandro VI, a primeira retilínea axialmente orientada para marcos urbanos – projetada *ex novo* –, referência fiel ao braço direito do tridente concebido por Nicolau V. Dirigida à porta do Palácio Vaticano, ela se estende por 450 metros e sua abertura impõe a destruição de parte do tecido urbano da área com a demolição de diversas casas e de parte do monumento antigo denominado *Meta Romuli*.

Júlio II (1503-1513), recém-eleito, nomeia Donato Bramante arquiteto-chefe da *fabbrica* de São Pedro, e sua primeira iniciativa se volta ao Cortile del Belvedere, com a transformação da área entre o Palácio Vaticano e o Belvedere de Inocência VIII em grandiosa *villa*, cujas dimensões – superiores às de qualquer outro edifício de então – repercutem sua ambição imperial. O arquiteto também persuade Júlio II a derrubar a milenar

basílica constantiniana de São Pedro e, sobre seus escombros, na colina Vaticana, refundar um novo signo da magnificência da Igreja, templo esplendíssimo capaz de difundir nova imagem em nada devedora àquela dos antigos. Às margens do Tibre, é significativa a abertura de duas grandes ruas retilíneas e paralelas entre si: as vias Giulia e della Lungara. A primeira é resultado de uma maciça demolição, longa de mais de um quilômetro, cuja intenção é coligar os restos da Ponte Neroniana à Ponte Sixto, o que transforma o *rione* della Regola em domicílio privilegiado para abastados. Na outra margem, Bramante rasga, em meio a campos e vinhedos, a segunda via reta que se estende por um quilômetro e liga a Porta Setimiana em Trastevere à Porta Santo Espírito no Burgo.

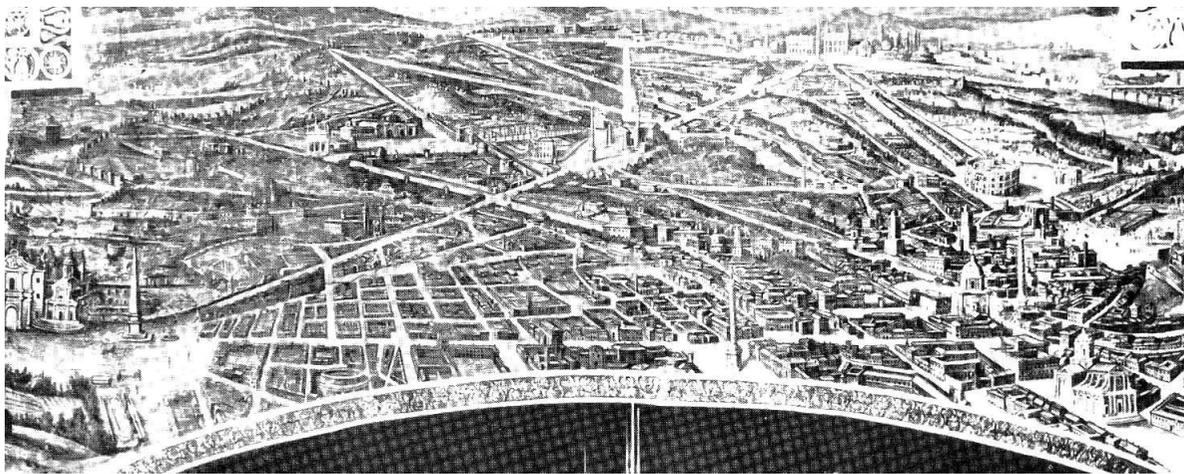
Essas intervenções encerram a fase das grandes correções do sistema viário nos velhos *rioni*. A partir de então, os novos eixos se direcionam à conquista dos espaços a serem urbanizados sobre as zonas das colinas. Durante os pontificados de Júlio II e de seu sucessor Leão X – filho de Lourenço, o Magnífico –, consolida-se em Roma a senhoria papal que recebe apoio dos cidadãos em troca de privilégios, concessões e isenções de taxas. Roma é um grande canteiro, lugar para o qual afluem os mais célebres arquitetos, escultores, pintores, literatos e eruditos da época. Assim, o papa Médici se vale do talento do jovem Rafael, que afresca as *stanze* e as *logge* no Vaticano e ergue, nas encostas do Monte Mário, a bela Villa Madama. Na extremidade da Via Giulia, Leão X empreende a construção da Igreja de São João dos Florentinos, cuja importância pode se medir pelo notável número de projetos levados ao papa por arquitetos como Michelangelo, Peruzzi, Sansovino, além do próprio Rafael. A única intervenção urbanística desse papa é a sistematização da Via di Ripetta, em 1518, estendendo uma reta de mil e duzentos metros do Palazzo Madama – vizinho à Praça Navona – à Porta del Popolo. Traçada pelos *magistri viarum* sob a supervisão de Rafael e de Antonio da Sangallo, o Jovem, ela mais tarde se articulará à Via Clementina (atual Via del Babuino) construída pelo segundo papa Médici, Clemente VII. As duas, convergindo à Praça del Popolo e bissectadas pela Via del Corso, compõem um tridente de grande importância para a ocupação e a urbanização do Campo Marzio.

Os anos sucessivos às duas décadas de pontificado dos Médici são marcados pela violência dos saques dos bandos dos Colonna, em 1526, das tropas de Carlos V, em 1527, e dos mercenários Lanzichenecchi, em 1528. A essas devastações somam-se as calamidades de nova peste e da inundação do Tibre. Assim, Roma, talada, vê sua população reduzir-se a pouco mais de trinta mil. Mas já com Paulo III, em 1534, fazem-se obras de recuperação edilícia e urbana a fim de renovar a imagem da Cidade Santa e de reforçar sua posição de capital da cristandade, então abalada pelas investidas dos saqueadores e pelas dissensões da Reforma.

As reações da Contra-Reforma romana se exibem no Jubileu de 1575, quando peregrinam para a cidade cerca de quatrocentos mil. É nesse contexto que se insere o breve e decisivo pontificado de Sixto V. Ainda que não se possa falar de um *plano sixtino* e que seja indevido nomear suas intervenções como *primeiro plano regulador de Roma* (Insolera, 1996, p. 166), as intensas atividades promovidas certamente respondem a um programa geral: abrir

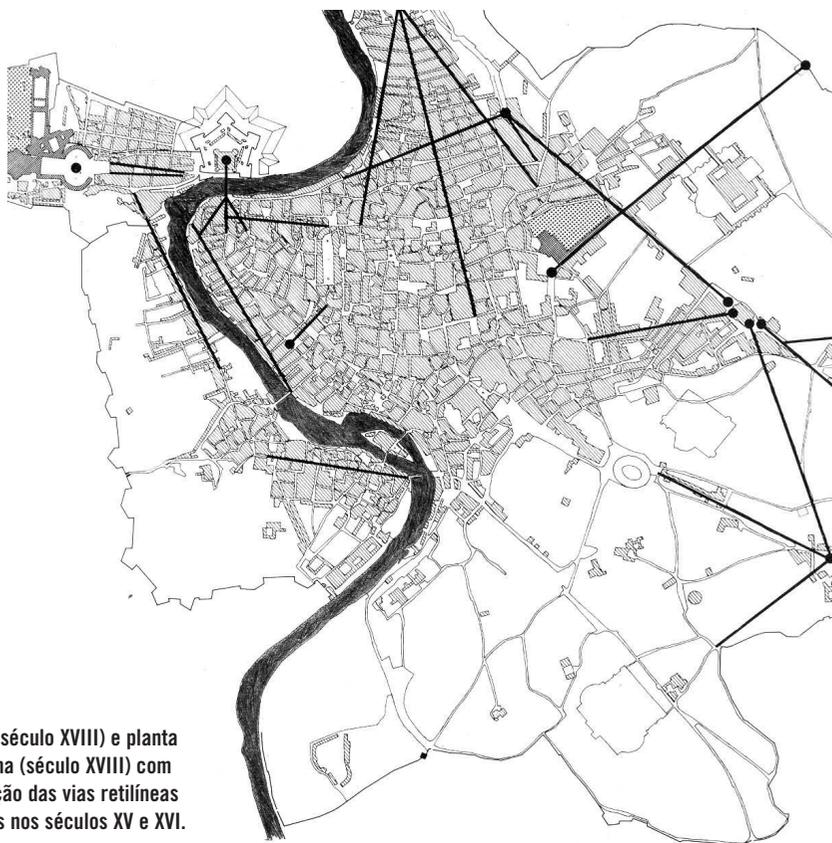
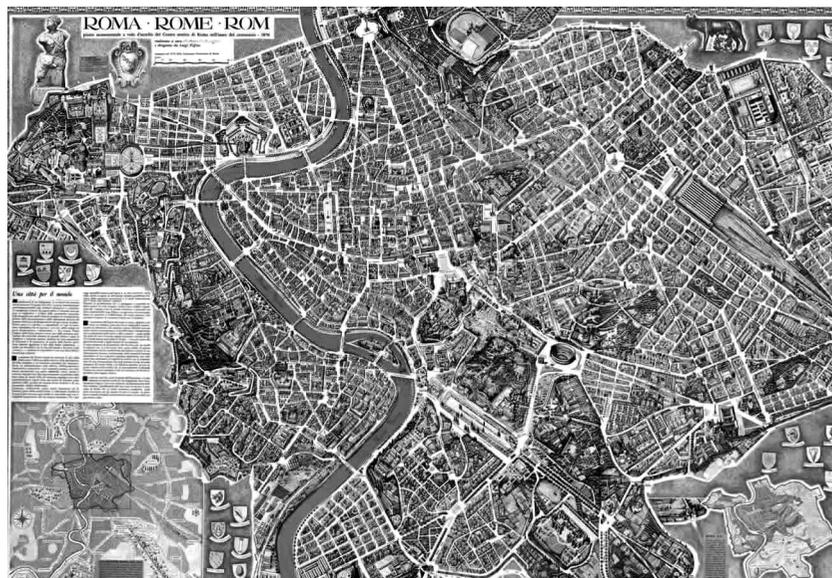
novas ruas, retificar o velho sistema viário, construir e modernizar aquedutos, acionar atividades industriais e comerciais, restaurar igrejas e erigir antigos e novos obeliscos.

O motivo inspirador de sua reforma urbanística é também de natureza religiosa e celebrativa, pois consiste em ligar, por meio de vias retilíneas, as sete principais basílicas visitadas pelos peregrinos, além de outros pontos estratégicos de Roma, reduzindo assim, idealmente, a distância física entre os gloriosos e antigos monumentos que espelham a prístina estrutura da cidade imperial através de uma conexão também visual. O aspecto original do programa do papa, ideado pelo arquiteto Domenico Fontana, apóia-se na identificação da importância da percepção óptica, direta, da meta: encimados pela cruz, obeliscos simbolizam o triunfo da fé cristã sobre o paganismo e são instrumentos compositivos relevantes, pois permitem a apreensão imediata dos vários focos perspécticos dos principais monumentos que agora se inscrevem numa cidade que então já conta em cem os milhares de residentes.



Projeto de Domenico Fontana para o plano de Sixto V.

A proposta urbanística de Sixto V, apesar de parcialmente realizada – apenas seis vias retilíneas são efetivamente construídas –, materializa o percurso do peregrino através dos eixos viários e prefigura a estrutura sobre a qual se dobra e redobra a Roma barroca. Nos primeiros anos dos Seiscentos, ela é novamente *caput*; uma cidade unificada e normalizada. Quando os monarcas europeus consolidam seu poder absolutista e lhes convém que suas capitais reflitam e reverberem a majestade e a glória, é na Roma restituída que está o paradigma para suas capitais. Em princípio, são intervenções localizadas que qualificam logradouros pelos quais se represente a munificência do soberano ou das instituições a ele subordinadas. Mais tarde, importa que a cidade-capital seja cenário esplêndido para as coreografias pelas quais se espetaculariza a magnificência do príncipe e de sua corte. Em Paris, Turim e Madri são praças, parques e palácios de geometria regular que se adornam com estátuas, efígies com símbolos reais, e, logo, avenidas largas, retas e colimadas em monumentos se difundem. Quando Londres arde em incêndio e Lisboa treme por arrasador sismo, a Roma se acrescentam outras capitais como modelo urbanístico e, no início do século XVIII, o tsar Pedro



Roma (século XVIII) e planta de Roma (século XVIII) com indicação das vias retilíneas abertas nos séculos XV e XVI.

deseja e erige, em contraste com a vetusta e oriental Moscou, uma capital ocidentalizada. Então, novamente, em São Petersburgo, à retícula regular se sobrepõem núcleos irradiantes que articulam perspectivas. E a jovem república norte-americana, ao encomendar a L'Enfant o desenho de sua capital, reafirma sua filiação aos arquétipos europeus, concebidos, gestados e nutridos na Roma renascida, que da imperial pretendia ser êmulo.

NOTAS

1. O autor relata que, desde o século VI d.C., os dezoito quilômetros da cinta aureliana abraçam grandes espaços abandonados que constituem cerca de 1.400 hectares de área não-construída.
2. O papa Martinho V considerava Roma uma cidade a ser governada como *sua*; ele a possuía em virtude da *Dotação de Constantino*, e, além disso, sua família fazia parte dos poderosos barões romanos (ver Westfall, 1984, p.149).
3. O aniversário de fundação de Roma.
4. A idéia do papa é de fato inovadora, pois todo o complexo de homens da cúria possuía enormes somas oriundas de seus benefícios eclesiais dispersos por toda a Europa. Os cânones prescreviam que a herança de um prelado poderia ser confiscada pelo pontífice, assim eles preferiam investir fora de Roma e diretamente em nome de seus parentes (Sanfilippo, 1993, p.62).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, R. M. de. *Metrópole: abstração*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- GUIDONI, E. *L'urbanistica di Roma tra miti e progetti*. Roma: Laterza, 1990.
- _____. *La Città dal Medioevo al Rinascimento*. Roma: Laterza, 1992.
- GÜNTHER, H. La rinascita dell'antichità. In: MILLON, H.; LAMPUGNANI, V. (Org.) *Rinascimento da Brunelleschi a Michelangelo* – La rappresentazione dell'architettura, Milano: s. n., 1994.
- INSOLERA, I. *Le città nella storia d'Italia* – Roma. Roma: Laterza, 1996.
- PANOFSKY, E. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editorial Presença, 1960.
- PORTOGHESI, P. *Roma barroca*. Roma: Laterza, 1995.
- SANFILIPPO, M. *Le Tre Città di Roma* – Lo sviluppo urbano dalle origini a oggi, Roma: Laterza, 1993.
- STINGER, C. *The Renaissance in Rome*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.
- WESTFALL, C. W. *L'Invenzione Della Città* – La strategia urbana di Nicolò V e Alberti nella Roma del '400. Roma: NIS, 1984.

RESUMO

Este artigo trata da recuperação urbanística de Roma desde o retorno do papado de Avignon até o período barroco, e de como as intervenções urbanas ali praticadas tornaram-se modelo para as capitais nacionais que se consolidam a partir do século XVII.

PALAVRAS-CHAVE: Roma, história das cidades, capitais, urbanismo.

ROME AND THE CAPITALS: THE MYTH AND THE PLAN**ABSTRACT**

This article deals with the urban recovery set in Rome since the papacy return from Avignon until the barroque times and the ways by which the urban interventions applied there became a model for the consolidation of the Nation's capitals from the Seventeenth century on.

KEYWORDS: Rome, cities' history, capitals, urbanism.



vazio

